



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica

Comitês Gestores das contas dos programas de revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Parnaíba e das áreas de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas

ATA

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA

Data: 11 de março do ano de 2024.

Horário e local: 09h30, na SGAN Quadra 906, Módulo F, Bloco A – Ed. Celso Furtado, sala 327, Brasília/DF e por meio de vídeo conferência.

Presidência: Secretário Nacional de Segurança Hídrica – Giuseppe Serra Seca Vieira.

Quórum – Presentes

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR):

- Giuseppe Serra Seca Vieira
- Fernanda Ayres Jardim Elias
- Alexandre Saia

Casa Civil da Presidência da República:

- Irani Braga Ramos

Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA):

- Gustavo dos Santos Goretti

Ministério de Minas e Energia (MME):

- Guilherme Silva de Godoi
- Wilson Rodrigues de Melo Júnior

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA):

- Iara Bueno Giacomini
- Alexandre Resende Tofeti

Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR):

- Bruna Denise Lemes de Arruda Santoyo
- Rafael Seronni Mendonça

Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA):

- Igor Klaus Pinheiro Cavalcante Silva
- Marcelo da Fonseca

1. Encaminhamentos da reunião de 21/02/2024.

O Sr. Alexandre Saia, representante da Secretaria Executiva para os Comitês informou o envio de resposta aos questionamentos da Eletrobras, apresentados e discutidos em reunião anterior. A consolidação das respostas

construídas pelos membros dos Comitês, constitui matéria do Ofício nº 148/2024, encaminhado à Eletrobras no dia 07/03/2024.

Informou-se realização de consulta à CONJUR/MIDR, em 06/03/2024, solicitando orientação quanto a definição do instrumento a ser utilizado para permitir a execução do Projeto de Recuperação da Estrada de Acesso ao Parque Nacional da Serra da Canastra com duas fontes de recurso.

Informou-se a realização de reuniões conjuntas com a Casa Civil, nas quais foram apresentadas as carteiras de projetos de saneamento e de revitalização da Codevasf. As discussões visam aprimoramento dos projetos antes de sua submissão aos Comitês. Informa-se que os projetos de saneamento ainda estão em aprimoramento, enquanto os de revitalização já possuem maturidade para sua apresentação aos comitês.

2. Relato da reunião com a Controladoria Geral da União (CGU), ocorrida em 27 de fevereiro de 2024.

Informa-se que a reunião versou sobre dois tópicos: discussão sobre a proposta de minuta de portaria da CGU que define as diretrizes para apresentação dos relatórios de prestação de contas dos comitês e sobre questionamentos que envolvem a execução do Plano de Trabalho.

No primeiro item, foi apresentada uma minuta da portaria elaborada pela CGU, contendo a revisão de diretrizes para prestação de contas dos Comitês, no que destacam-se: o Relatório de Prestação de Contas deve conter as estratégias, objetivos e indicadores traçados; a importância de um indicador de acompanhamento, físico, que permita o monitoramento da evolução das ações; demonstração de critérios técnicos de seleção de projetos incluindo sua vinculação com as estratégias e aos objetivos gerais para a implementação de projetos; necessidade de transparência ativa para a agenda de atividades do comitê, observando disponibilização de "resoluções, agenda de reuniões, atas ou gravações de reuniões e demais documentos de interesse em página eletrônica". Aclarou-se ainda que o papel da CGU em relação aos Comitês é de âmbito da fiscalização e controle.

Com relação ao segundo tópico do alinhamento com a CGU, foram realizados os questionamentos quanto à utilização dos recursos das contas dos programas de revitalização dos recursos hídricos, conforme citados abaixo:

- a) Frente à solicitação da Eletrobras de reembolso das despesas relativas aos impostos resultantes das aplicações financeiras das contas, a CGU entende que essas despesas podem ser reembolsadas com recursos das contas criadas pelo Decreto nº 10.838/2021? É necessário informar tais despesas no relatório de prestação de contas?
- b) A Eletrobras solicita reembolso de despesas administrativas. Citamos como exemplo o pagamento da equipe da concessionária que está trabalhando exclusivamente com as demandas dos comitês, detalhando as propostas aprovadas para elaboração do projeto básico de engenharia que será usado na contratação. Diante da falta de previsão legal é possível esse reembolso com recursos das contas criadas pelo Decreto?
- c) Quanto à contratação da auditoria independente, prevista no Art. 6º, V, do Decreto nº 10.838/2021, a Eletrobras solicita autorização dos comitês para contratar duas empresas, sendo uma para apoiar tecnicamente os comitês na análise dos projetos e outra empresa com foco específico na auditoria contábil/financeira. A concessionária entende que poderia configurar conflito de interesses a contratação de uma única empresa para as duas atividades. Qual o entendimento da CGU a esse respeito?

Foi informado que os representantes da CGU receberam os questionamentos e se comprometeram em encaminhar manifestação formal sobre os mesmos.

O representante do MME, Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior, sugere que haja apresentação, pela Codevasf, da modelagem realizada para o Sistema Jequitaiá, a fim de avaliação para sua implementação nos novos projetos.

Solicitou-se a Sra. Ramille de Paula, da Secretaria Executiva dos comitês, DRHB/SNSH, que apresentasse o B.I. desenvolvido para monitorar a execução dos projetos e gerar o relatório de prestação de contas nos moldes exigidos pela CGU.

Sra. Ramille de Paula destacou que o BI apresentado visa ser uma solução temporária de visualização de informação pelos Comitês Gestores, para permitir a transparência e publicização dos dados. Informou que os critérios exigidos pela CGU na minuta de portaria foram considerados no modelo construído e que o B.I. pode ser reorganizado de acordo com a avaliação dos comitês. Concluiu informando que há uma contratação em tramitação, para a construção de um sistema de monitoramento remoto dos projetos, em parceria com a UnB.

Neste sistema, estão previstas 5 metas. A meta 1, geração de banco de dados com as informações geográficas de interesse do comitê; meta 2, visualização de dados para o público diverso, comitê, CGU e público em geral, por meio dos cartogramas e painéis; metas 3, ferramentas estatísticas para análise; meta 4, indicadores a partir de

sensoriamento remoto com os projetos; meta 5, publicização e geração de artigos para validação de indicadores. Embora o tempo do projeto seja longo, as metas 1 e 2 já permitem informação qualificada, sem necessidade de capacidade técnica em georreferenciamento.

O representante do MMA, Sr. Alexandre Tofeti, informou participação na reunião com a UnB, destacando a estruturação do banco de dados para o monitoramento e avaliação dos projetos, e as ferramentas de visualização, que permitem um formato mais amigável de tradução destes dados em cartogramas. Na construção das bases, a ideia é não sobrepor dados, mas sim aproveitar a construção conjunta.

O representante da Casa Civil, Sr. Irani Ramos, destacou que ainda não há contrato formalizado com a UnB e que o B.I. é uma importante ferramenta para auxiliar na execução do Plano de Trabalho. Solicitou inclusão de coordenadas geográficas no B.I.

Sr. Guilherme Godoi, representante do MME, se colocou à disposição para contribuir com a construção do B.I., tendo em vista o acúmulo de conhecimento já realizado no PRR, que inclui indicadores qualitativos e solicitou a inclusão de informações do Projeto de Nova Avanhandava no B.I.

Finalizada essa sessão, Sr. Alexandre passou a discussão sobre propostas e projetos já habilitados, em fase de detalhamento pela Eletrobras, que necessitavam de informações e esclarecimentos e foram apresentadas à Secretaria Executiva apenas em 8 de março de 2024. A Eletrobras encaminhou ofícios com os seguintes questionamentos:

- I - **CTA-EEFNE -001/2024** - Solicitação de documentos referente ao "Projeto para execução de obras de reforma/recuperação da estrada de acesso ao Parque Nacional da Serra da Canastra, município de São Roque de Minas – MG. Informou-se que a Codevasf já enviou as informações solicitadas, a fim de avançar no processo de contratação.
- II - **CTA-EEF-00395/2024** - Envio dos Termos de Referência e sugestão para alteração da fase de validação do orçamento dos projetos/propostas habilitados pelo Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos - CPR São Francisco e Parnaíba;
- III - **CTA-EEF-00398/2024** - Extensão de prazo **por mais 45 dias** para apresentação do Termo de Referência e sugestão para alteração da fase de validação do orçamento da proposta habilitada pelo Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos - CPR Furnas.

Comitê discutiu e deliberou a concordância com a ampliação do prazo para 45 dias para conclusão do termo de referência. Solicitou à Secretaria Executiva acesso ao Termo de Referência da Eletrobras sobre a contratação da auditoria independente, para análise frente a Resolução 3, e sedimentar entendimento sobre o escopo de contratação da engenharia do proprietário nos projetos.

O representante do MMA, Sr. Alexandre Tofeti, solicitou aos comitês a revisão, por parte do MMA, da proposta apresentada sobre para recuperação de APPs hídricas, com a substituição da área que contempla a Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

Comitê autorizou e solicita apresentação do detalhamento da proposta revisada. Deliberou pela comunicação à Eletrobras do não prosseguimento da proposta nos termos atuais.

3. Apreciação do Plano de Trabalho.

Comitê deliberou pelo preenchimento do Plano de Trabalho pelo Secretaria Executiva, constantes as propostas que foram aprovadas, para submissão em mensagem eletrônica aos membros dos comitês para avaliação, com prazo de análise de uma semana e posterior deliberação em reunião extraordinária, a agendar.

4. Informes gerais

O representante da Casa Civil, Sr. Irani Ramos, solicitou formulação de mensagem dos comitês em comemoração ao Dia Mundial da Água, 22 de março.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Alexandre Saia, lavrei a presente Ata que será assinada eletronicamente.

Brasília, data da assinatura eletrônica.

GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA

Secretário Nacional de Segurança Hídrica

Presidente dos comitês gestores das contas dos programas de revitalização dos recursos hídricos



Documento assinado eletronicamente por **Giuseppe Serra Seca Vieira, Secretário(a) Nacional de Segurança Hídrica**, em 27/03/2024, às 18:25, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4960368** e o código CRC **718ACE3F**.